

CASO MASTER

Oposição protocola novo pedido de impeachment

Representantes do PT, PV, PDT, PC do B e Rede foram à Câmara Legislativa cobrar o afastamento de Ibaneis Rocha. Ao **Correio**, o governador classificou a mobilização como um ato eleitoral e disse estar tranquilo

» MILA FERREIRA,
» CARLOS SILVA

Um novo pedido de impeachment do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), foi protocolado, ontem, na presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). O pedido foi assinado por representantes do PT, PV, PC do B, Rede e PDT. Este é o terceiro pedido de impeachment formalizado neste ano por partidos da oposição na Casa. Ibaneis classificou a mobilização das legendas como ‘barulho da oposição’.

O texto do pedido protocolado traz cópia de notícias que foram divulgadas relacionando Ibaneis Rocha com a compra de carteiras de crédito do Master pelo BRB. “Seja recebida a presente denúncia por crime de responsabilidade em face do governador do DF (...) Há indícios suficientes de violação grave aos deveres constitucionais do governador”, disse trecho do documento.

Ibaneis classificou a mobilização como “barulho da oposição”. “Nenhum dos pedidos de impeachment tem fundamento que não seja político, o que não tem nada de ilegítimo. Eu estou muito tranquilo com a minha consciência de que só tentei fazer o melhor”, destacou o governador em entrevista ao **Correio**. “Estamos em ano eleitoral”, ressaltou, ao avaliar a ação dos adversários políticos.

O cientista político Leandro Gabiati, professor do Ibmecc Brasília, avalia que o caso Banco Master produz efeitos relevantes no tabuleiro eleitoral de 2026. “O primeiro impacto é claramente sobre o Executivo. O governador tem uma eleição muito bem encaminhada, com chances reais de disputar o Senado e fazer uma sucessora, mas o caso Master gera desgaste direto na figura dele”, avaliou. Segundo Gabiati, a estratégia tem sido blindar possíveis herdeiros políticos. “A sucessora permanece distante do caso, enquanto o desgaste fica concentrado no governador”, disse.

De acordo com o especialista, esse cenário lança incertezas sobre a própria decisão do governador em disputar as eleições de 2026. “Hoje ninguém sabe se ele será candidato ou não. Isso vai depender muito de como o caso Master vai evoluir nos próximos meses”, afirmou. Gabiati destacou que o prazo de desincompatibilização impõe uma escolha estratégica. “Ele tem tempo para decidir se permanece no governo para tentar equacionar o problema ou se entende que a disputa ao Senado é viável e opta por sair do cargo”, comentou.

O governador sustenta, entretanto, que sairá candidato ao Senado e se desincompatibilizará em abril, conforme determina a lei eleitoral.

Ontem, a sessão ordinária no plenário foi aberta com o quórum mínimo, apenas oito distritais. Dos presentes, apenas o deputado Joaquim Roriz Neto (PL) e Pepa (PP) são da base do governo. O **Correio** tentou contato com os parlamentares da base do governo, mas nenhum quis se pronunciar.

Mobilização

Estiveram no ato de entrega do protocolo o presidente do PT-DF, Guilherme Sigmaringa; o presidente do PC do B-DF, João Vicente Goulart; a senadora Leila Barros (PDT); o deputado federal Reginaldo Veras (PV); a deputada federal Érika Kokay (PT), a porta-voz da Rede, Bruna Paola e os deputados distritais do PT, Gabriel Magno, Chico Vigilante e Ricardo Valle.

“Foi um pedido escrito a cinco mãos por estes cinco partidos que foram os mesmos que estiveram no STJ há duas semanas”, afirmou Guilherme Sigmaringa, referindo-se ao pedido das legendas para que o governador fosse investigado no Superior Tribunal de Justiça (STJ),

Carlos Gandra/Agência CLDF



Nenhum dos pedidos de impeachment tem fundamento que não seja político, o que não tem nada de ilegítimo. Eu estou muito tranquilo com a minha consciência de que só tentei fazer o melhor”

Ibaneis Rocha, governador do DF



Representantes do PT, PV, PDT, PC do B e Rede estiveram presentes na CLDF para protocolar o pedido

que resultou na instalação de um procedimento para apurar a participação do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas tratativas envolvendo o BRB e o Banco Master.

A senadora Leila Barros esteve presente e falou em nome do PDT. “Nós temos o dever de estar aqui defendendo o nosso patrimônio. O BRB corre o risco de ser liquidado e ser federalizado, que é um tema que estamos tratando no Congresso Nacional”, disse. “Se não pedíssemos o impeachment, estaríamos sendo omisso diante das inúmeras provas que estão sendo apresentadas”, acrescentou Reginaldo Veras.

Impactos nas urnas

Cientista político, doutor em direito constitucional, Valdir Pucci afirma que o caso do Banco Master pode produzir

efeitos relevantes nas eleições de 2026 no DF. Pucci ressalta que o impacto político pode ser mais imediato no processo eleitoral. “Mesmo sem condenação, o simples envolvimento do nome de um candidato em um escândalo financeiro pode manchar sua imagem perante o eleitorado e dificultar sua viabilidade eleitoral em 2026”, afirmou.

Ao analisar os reflexos entre os poderes, Pucci avalia que o Executivo tende a sofrer maior impacto eleitoral do que o Legislativo. “Por envolver instituições diretamente ligadas à administração pública, como o BRB, o escândalo do Banco Master acaba atingindo mais fortemente esse poder”, disse. Segundo ele, “a identificação da sociedade com o Executivo é mais direta, o que pode gerar prejuízos eleitorais maiores para quem pretende disputar cargos majoritários”.

No caso do Legislativo, o jurista aponta que o efeito tende a ser mais diluído, o que reduz o impacto eleitoral coletivo. “A imagem do Poder Legislativo é fragmentada entre vários parlamentares, e isso dificulta que o eleitor associe o escândalo de forma geral à Câmara Legislativa”, explicou. Ele pondera que “se houver envolvimento direto ou denúncia nominal contra algum parlamentar, isso pode comprometer de forma significativa uma tentativa de reeleição em 2026”.

Pucci destacou que investigações ou menções ao escândalo não geram, por si só, impedimento eleitoral, mas podem pesar politicamente. “A pessoa pode ser investigada, responder a inquérito ou até ser condenada em primeira instância e mesmo assim concorrer. A inelegibilidade só surge após condenação por órgão colegiado”, afirmou.

Investigação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) instaurou um procedimento para apurar a participação do governador Ibaneis Rocha (MDB) nas tratativas envolvendo o BRB e o Master. A medida atende pedido protocolado, na semana passada, pelos mesmos partidos que assinaram o pedido de impeachment de ontem. (Leia mais sobre o assunto na editoria de política).

Se houver instauração de inquérito, o STJ deverá acompanhar as medidas, pois é o foro competente para processar e julgar governadores. “(As representações da oposição) serão remetidas à Procuradoria e, como não tenho nenhum envolvimento, devem ser arquivadas”, afirmou Ibaneis ao **Correio**.

Representantes dos mesmos partidos vão se reunir hoje com o procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Georges Seigneur para entregar uma representação pedindo que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) investigue o envolvimento do governador Ibaneis no esquema de compra do Master pelo BRB.

“Esperamos que o MPDFT investigue e a CLDF se sensibilize e instale a CPI do banco Master. Ibaneis precisa ser investigado em todas as instâncias”, clamou o deputado Chico Vigilante. “Os deputados da base precisam assinar o pedido de instalação da CPI. Precisamos de 13 deputados que tenham a coragem de assinar. Se os parlamentares da base dizem que foram enganados e por isso votaram pela aprovação da compra do Master, eles devem apoiar a CPI. Dessa forma, as coisas ficarão esclarecidas”, acrescentou.

O deputado Gabriel Magno defende ainda que o governador seja afastado para que as investigações corram sem interferências. “Se ele usou de influência política para colocar Brasília e o BRB na lama, ele não pode continuar governando, pois corre o risco dele continuar usando a influência para atrapalhar as investigações”, ressaltou.

Até o momento, o pedido de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Master na CLDF conta com sete assinaturas. Para que o pedido seja protocolado, são necessárias oito assinaturas, mas para passar à frente dos outros pedidos de CPI pendentes, são necessárias 13.